

Presidência**Secretaria Geral****EDITAL**

O COORDENADOR DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PJe, no uso de suas atribuições legais, dando cumprimento ao disposto na Portaria nº 25/2019, torna pública a revogação do Edital nº 1 e o lançamento do Edital nº 2 de abertura do processo de inscrição de projetos de pesquisa para o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, conforme as normas estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Este Edital destina-se a estabelecer os critérios de submissão dos projetos para o desenvolvimento e aplicação de modelos de inteligência artificial para utilização na plataforma PJe.

1.2. As linhas de pesquisa para os projetos deverão ser direcionadas para a melhoria da prestação jurisdicional e para o estímulo da produção científica, aplicadas ao aprimoramento dos serviços judiciários.

1.3. As linhas de pesquisa são as seguintes:

1.3.1. soluções para automação dos processos e rotinas de trabalho da atividade judiciária;

1.3.2. soluções de apoio à decisão dos magistrados.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. A apresentação dos projetos observará, no que couber, as disposições do Anexo da Portaria nº 25, de 19 de fevereiro de 2019, que estabelece as premissas e diretrizes para o funcionamento do Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe.

2.2. As equipes dos projetos deverão ser compostas por magistrados e servidores do Poder Judiciário. Na hipótese de o projeto de pesquisa ser fruto de parcerias com a comunidade e com o meio acadêmico, deverá ser apresentado documento que ateste a respectiva cooperação técnica.

2.3. As despesas de execução do projeto serão suportadas pelo proponente.

2.4. O coordenador do projeto, na condição de responsável pela gestão científica da pesquisa, apresentará relatório bimestral que indique o desenvolvimento das atividades.

2.5. Os integrantes das equipes deverão possuir Currículo Lattes atualizado até o momento da conclusão do projeto.

2.6. Todos os integrantes do projeto aprovado deverão assinar termo de compromisso com o seguinte conteúdo:

2.6.1. cessão dos direitos de utilização do trabalho produzido e dos resultados obtidos, inclusive para efeitos de publicação, com compromisso de entrega, ao CNJ, do material em meio eletrônico;

2.6.2. de conclusão da pesquisa no prazo previsto no cronograma;

2.6.3. responsabilidade de multiplicar o conhecimento adquirido aos demais pesquisadores do InovaPJe.

3. DOS BENEFÍCIOS

3.1. O Centro de Inteligência Artificial operará como um acelerador de resultados, ao tornar disponível ferramentas, dados, consultoria técnica e intelectual, bem como um ambiente de colaboração entre os pesquisadores. O objetivo é escalar as iniciativas de todo país para sublimação tecnológica do PJe com uso da inteligência artificial.

3.2. Aos grupos de pesquisa será ofertado:

3.2.1. Datasets da justiça nacional, de modo a possibilitar o estudo e treinamento de modelos de inteligência artificial sobre bases reais;

3.2.2. Plataforma SINAPSES, em ambiente hiperconvergente, para armazenamento, treinamento e disponibilização dos modelos de inteligência artificial desenvolvidos. O que significa tratar-se de uma plataforma em evolução constante e ofertar um ambiente seguro e nativamente integrado aos dados utilizados como insumos para criação dos modelos de inteligência artificial;

3.2.3. O compartilhamento dos modelos de IA criados;

3.2.4. Ambiente de comunidade, de modo a facilitar a troca de experiências e o trabalho entre pesquisadores;

3.2.5. Participação preferencial nas novas iniciativas prospectadas a partir das atividades desenvolvidas no Centro de Inteligência Artificial, tais como seminários, fóruns, palestras e treinamentos;

3.2.6. O fornecimento dos subsídios necessários ao sucesso dos projetos.

4. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS DE PESQUISA

4.1. Os projetos observarão a coerência entre os objetivos propostos e a metodologia adotada, bem como a fundamentação teórica consistente e adequada.

4.2. O prazo de execução de cada proposta deste Edital será de 6 meses, admitindo-se a prorrogação por igual período, a ser aprovada pela Comissão Permanente de Tecnologia e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça.

4.3. Os projetos deverão compreender uma ou as duas linhas de pesquisas indicadas.

4.4. Quaisquer publicações que contem com o apoio do CNJ devem fazer a devida menção. Em casos de impressos, livros, folhetos, cartilhas e outros, a logomarca da instituição deverá também estar presente.

4.5. O projeto de pesquisa receberá uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, distribuídos conforme a avaliação dos seguintes itens:

4.5.1. capacidade de formular o projeto com clareza, coesão e concisão (0-20 pontos);

4.5.2. coerência entre tema, problema, objetivo geral e objetivos específicos (0-20 pontos);

4.5.3. alinhamento do projeto aos Macrodesafios do Poder Judiciário (0-20 pontos);

4.5.4. potencial de impacto da pesquisa para o Poder Judiciário, em especial no contexto do processo judicial em meio eletrônico (0-20 pontos);

4.5.5. escalabilidade do projeto em relação aos diversos tipos de processos judiciais e segmentos de justiça (0-20 pontos).

4.6. Os projetos devem ser apresentados conforme a estrutura do **ANEXO** deste Edital, mediante formulário eletrônico no endereço: <http://cnj.jus.br/inteligencia-artificial-pje>.

4.7. O processo seletivo promoverá avaliação formal do seu conteúdo, de modo simplificado, mediante avaliação pela Coordenadoria do Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe e aprovação da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça.

4.8. As decisões da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça terão caráter terminativo.

4.9. A seleção de cada projeto ocorrerá na medida de sua apresentação.

5. CRONOGRAMA

| Atividades | Datas | Local |
|---|------------|-------|
| Workshops de Desenvolvimento Colaborativo de Modelos de Inteligência Artificial - uma abordagem com o uso do SINAPSES | 16/05/2019 | CNJ |
| | 22/05/2019 | |
| | 05/06/2019 | |
| | 19/06/2019 | |

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça.

6.2. Fica revogado o Edital nº 1 de abertura do processo de inscrição de projetos de pesquisa para o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, publicado no Diário de Justiça Eletrônico do CNJ, Edição nº 72/2019, de 12 de abril de 2019, páginas 2 a 4.

Juiz **BRÁULIO GABRIEL GUSMÃO**

ANEXO

FORMULÁRIO – PROJETO DE PESQUISA

O projeto deve conter no máximo 15 páginas, em papel tamanho A4, incluindo a página de rosto e eventuais anexos, digitadas em espaço 1,5 cm, fontes Arial ou Times 12 pt, margens de 2,5 cm.

O projeto deve compreender:

1. CAPA.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: título; grupo de pesquisa e linha de pesquisa que pretende se vincular; nome dos integrantes, com a definição do Coordenador, se não for projeto individual; local de lotação de cada integrante – e demais instituições de eventuais pesquisadores externos.

3. INTRODUÇÃO: delimitação da proposta de pesquisa, bem como o contexto da investigação em relação à linha de pesquisa escolhida.

4. PROBLEMA DE PESQUISA: problematização de seu tema e contexto de estudo. É a motivação central da pesquisa, a indagação científica que o autor do projeto se propõe a responder.

5. JUSTIFICATIVA: deverá ser explicitada as razões da pesquisa e os motivos pelos quais a proposta deve prosperar.

6. OBJETIVOS: geral e específicos. O objetivo geral é a finalidade básica do projeto de pesquisa como um todo e os objetivos específicos são os caminhos que a pesquisa deverá seguir para cumprir o objetivo geral.

7. METODOLOGIA: deverá abordar os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, bem como os métodos de investigação, coleta de dados, análise de informações e avaliação de resultados.

8. CRONOGRAMA: deverá distribuir, de maneira lógica e coerente, as etapas da pesquisa ao longo do tempo em que serão desenvolvidas.

9. REFERÊNCIAS PRELIMINARES: consistem na indicação em ordem alfabética, por autor e data, sem numeração, das fontes já consultadas para elaboração do trabalho e das fontes a serem consultadas.

Secretaria Processual

PJE

INTIMAÇÃO

N. 0001805-51.2019.2.00.0000 - REVISÃO DISCIPLINAR - A: SILVIA ESTELA GIGENA. Adv(s): SP112460 - LUIZ FERNANDO FREITAS FAUVEL. R: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP. Adv(s): Nao Consta Advogado. Conselho Nacional de Justiça Autos: REVISÃO DISCIPLINAR - 0001805-51.2019.2.00.0000 Requerente: SILVIA ESTELA GIGENA Requerido: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP REVISÃO DISCIPLINAR. JUIZ DE DIREITO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJ/SP). SANÇÃO. REMOÇÃO COMPULSÓRIA. RATIFICAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA. INEXISTÊNCIA. GRAVIDADE DAS INFRAÇÕES. ASSÉDIO MORAL. ATRASO NAS AUDIÊNCIAS. COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA. LIMINAR NÃO REFERENDADA. I - In casu, a medida liminar foi concedida com vistas a assegurar o resultado útil do provimento final, determinando-se ao TJSP que se absteresse de promover o provimento definitivo do cargo de juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araraquara/SP até o julgamento final desta Revisão Disciplinar ou ulterior deliberação deste Conselho. II - Não se faz presente, na espécie, o fumus boni juris autorizador da tutela pretendida, porquanto a sanção disciplinar foi imposta à requerente pelo Órgão Especial do TJ/SP com base em sólida fundamentação, na qual foram explicitadas infrações que, por seu conjunto e gravidade, justificaram a pena de remoção compulsória, notadamente, como destacado no voto condutor do acórdão, por se tratar da "(...) sanção administrativa adequada para apenar faltas praticadas em estreita vinculação com o lugar de exercício do cargo". III. Somente graves e fundadas razões - as quais não ficaram evidenciadas no caso concreto - poderiam conduzir este órgão superior de controle a intervir, mesmo que provisoriamente, no exercício da autonomia constitucional do Tribunal de Justiça e na sua prerrogativa de prover os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição (art. 96, I, "c", da CF). IV. Liminar não referendada. ACÓRDÃO O Conselho, por maioria, não ratificou a liminar, nos termos do voto do Presidente Ministro Dias Toffoli. Vencido o Conselheiro Luciano Frota (Relator). Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Henrique Ávila e Daldice Santana. Presidiu o julgamento o Ministro Dias Toffoli. Plenário, 9 de abril de 2019. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Aloysio Corrêa da Veiga, Iracema do Vale, Valtécio de Oliveira, Márcio Schieffler Fontes, Fernando Mattos, Luciano Frota, Maria Cristiana Ziouva, Arnaldo Hossepian, Valdetário Andrade Monteiro, André Godinho e Maria Tereza Uille Gomes. Conselho Nacional de Justiça Autos: REVISÃO DISCIPLINAR - 0001805-51.2019.2.00.0000 Requerente: SILVIA ESTELA GIGENA Requerido: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP RELATÓRIO Submeto ao referendo do Plenário, a teor do art. 25, inciso XI, do RICNJ, a seguinte decisão liminar, proferida em 18 de março de 2019 (ID n. 3582427). VOTO DIVERGENTE O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ): Cuida-se de Revisão Disciplinar proposta por Silvia Estela Gigena, com fundamento no art. 83, I, do RICNJ, por intermédio da qual se insurge contra a penalidade de remoção compulsória que lhe foi imposta por 14 votos a 10, em sessão de 13/2/19, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O eminente Relator, para assegurar o resultado útil do provimento final, deferiu "o pedido liminar tão somente para determinar ao TJSP que se abstenha de conduzir processo que vise ao provimento do cargo de juiz titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araraquara/SP até provimento final desta Revisão Disciplinar ou ulterior deliberação deste Conselho". A seu ver, "[...]considerando os judiciosos argumentos apresentados pela Requerente, seria temerário permitir que o TJSP proveja o cargo, movimentando a carreira e atingindo